



A CNI (Confederação Nacional da [Indústria](#)) defende a retomada do programa que permitia a redução da jornada de trabalho e do salário por conta da pandemia de covid-19.

Em documento divulgado nesta sexta-feira (12), a entidade reúne, ao todo, 25 propostas para a redução do chamado "Custo Brasil", que envolve "entraves estruturais, burocráticos, trabalhistas e econômicos, que atrapalham o crescimento do Brasil, a geração de riqueza, renda e emprego", segundo a CNI.

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi criado em 2020, em razão da pandemia, e vigorou até 31 de dezembro do ano passado, quando também deixou de vigorar o decreto que estabelecia a situação emergencial e de calamidade pública no Brasil.

“As incertezas continuam elevadas e a recuperação econômica não está consolidada. Ainda mais incerta é a capacidade da economia brasileira de aumentar sua taxa de crescimento, o que é essencial para o aumento do padrão de vida dos brasileiros”, diz o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Indústria espera agilidade no Congresso

Segundo a nota da CNI, a expectativa do setor industrial é de que as medidas já tramitando no Congresso Nacional sejam aprovadas e implementadas pelo governo "o mais breve possível".

De acordo com o presidente da entidade, o Brasil não pode repetir o desempenho da última década, quando o PIB cresceu apenas 1,4%, e a indústria apresentou nível de produção inferior aos patamares de 2010.

As propostas apresentadas pela CNI estão divididas em oito grandes temas: tributação, política fiscal, meio ambiente, relações de trabalho, infraestrutura, inovação, comércio exterior e micro, pequenas e médias empresas.

"Temos certeza que, se implementadas, essas medidas vão promover o aumento da competitividade, estimular os investimentos e o crescimento da indústria e do Brasil", avalia Andrade.

"Custo Brasil"

Sobre o chamado "Custo Brasil", a CNI reforça que, só com a superação desses entraves, o país terá de elevar a taxa de crescimento médio do PIB para 3%, nos próximos dez anos.

Entre as principais propostas, entre 25 apresentadas pela entidade, vale destacar:

- aprovação da reforma tributária, substituindo tributos sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA);
- redução da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL, compensando a queda de arrecadação com a tributação de lucros e dividendos;

- aprovação da reforma administrativa com foco no aumento da competitividade do setor público;

- aprovação da PEC 186 (PEC Emergencial), que cria mecanismos de contenção de despesas pelos governos;

- extensão dos programas emergenciais de financiamento, como o Pronampe e o Peac;
- instituição do marco legal de recuperação judicial das micro e pequenas empresas.

Fonte: R7